



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 12 de abril de 2013, às 16h00min, no Plenário do Tribunal do Júri do Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, onde se achavam presentes os Promotores de Justiça Excelentíssimo Dr. Aurélio José Aggio, Excelentíssima Dra. Nayani Kelly Garcia e Excelentíssimo Dr. Adolfo Vaz da Silva, como Presidente a Dra. Nayani Kelly Garcia, Coordenadora das Promotorias de Justiça de Campo Largo, integrantes da Mesa Diretora, bem como as Autoridades Dr. Eduardo Novak, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo; Dr. Gaspar Luiz Mattos de Araujo Filho; Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude do Foro Regional de Campo Largo; Sr. Afonso Portugal Guimarães, Prefeito Municipal de Campo Largo; Sr. Luiz Cláudio Costa, Prefeito Municipal de Balsa Nova; Sr. Dirceu Mocelin, Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Largo; Sr. Joel Bathke, Presidente da Câmara de Vereadores de Balsa Nova; Dr. Osmar Andrade Zotto, Presidente da Sub-Seção de Campo Largo da Ordem dos Advogados do Brasil, teve início a presente Audiência Pública, cujo objetivo é tratar de questões afetas à Informação, Transparência e Controle Social segundo a Lei nº 12.527/2011, Direito à Informação pelos Usuários do Sistema Único de Saúde em relação à gratuidade do serviço, Prevenção à violência – combate aos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes e PEC 37 – Campanha em defesa do poder de investigação do Ministério Público e outras instituições, com a oitiva de integrantes da sociedade civil, buscado sugestões para solucionar os problemas existentes neste Foro Regional de Campo Largo e melhorar aspectos atinentes aos temas tratados. Dando início aos trabalhos, a Dra. Promotora Presidente da audiência deu a boa vinda a todos, agradecendo as presenças. Esclareceu o objetivo da audiência pública, como forma de aproximação do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário e da população em geral. Ressaltou como ideal da audiência pública a participação popular no combate à corrupção. Em seguida, passou a tratar dos temas da audiência pública. Quanto à Informação, transparência e controle social segundo a Lei nº



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

12.527/2001. falou da existência de leis de transparência e acesso às informações, que deixam claro a necessidade dos órgãos públicos em deixar acessível na internet informações detalhadas de todos os servidores, serviços prestados, atos de nomeação, licitações, prestação de contas, ou seja, tudo o que diz respeito aquele órgão público. Salientou da importância do portal da transparência como forma da população auxiliar na fiscalização dos poderes. Nesse aspecto, pediu sugestões de trabalhos para trazer informação à população de Campo Largo e Balsa Nova sobre a existência dos portais da transparência. Passando a tratar do Direito à informação pelos usuários do Sistema Único de Saúde em relação à gratuidade do serviço, passou a esclarecer os presentes sobre a importância do usuário do Sistema Único de Saúde em saber que o direito de acesso à saúde é gratuito, para se evitar que os profissionais de saúde recebam dinheiro "por fora" para a realização de seu trabalho. Pediu auxílio da população e sugestões de como trazer informação para a população leiga e carente, fazendo com que todos tenham conhecimento dessa gratuidade. Em continuidade, a Dra. Nayani Kelly Garcia, Presidente da Audiência Pública, passou a palavra ao Dr. Aurélio José Aggio, que tratou do tema relativo à Prevenção à violência – combate aos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Destacou o Promotor de Justiça que a violência contra a criança e adolescente ocorre em todos os lugares e a preocupação não é só quando o crime acontece, a repressão, mas a divulgação, para que haja a prevenção. Salientou a importância de se agir preventivamente, com a participação da comunidade, não só para delatar os fatos, mas para que junto com outros órgãos e o Ministério Público possamos fazer um trabalho de prevenção. Pediu sugestões da sociedade para saber como podemos fazer isso da melhor forma. Não só na questão criminal, mas na questão social e psicológica. Passou novamente a palavra para a Dra. Nayani, que pediu sugestões e a participação da população campolarguense e balsanovense como para repassar as informações a outras pessoas, para a efetivação desse trabalho em conjunto, ressaltando que o trabalho de prevenção é muito mais efetivo que o de repressão. Esclareceu os presentes de como proceder, através do acesso ao portal do Ministério Público ou diretamente nas Promotorias de Justiça deste Foro



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Regional. Ato contínuo, passou a falar sobre a corrupção e falou que ela tem que ser vista em todas as esferas. Dentro do combate à corrupção, tratou da PEC 37 e a campanha em defesa do poder de investigação do Ministério Público e outras instituições. Aduziu que está em tramite no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição, que está vindo na contramão de tudo o que está em andamento no Estado Democrático de Direito. Sobre a proposta de emenda, explicou que a PEC 37 visa retirar do Ministério Público e outros órgãos o direito de efetuar uma investigação criminal, a qual somente poderia ser efetivada pela polícia judiciária da polícia civil e federal. Explanou que a proposta é um retrocesso e que o Ministério Público não está de forma alguma contra a polícia, mas quer trabalhar de forma conjunta. Insistiu na necessidade da existência de um órgão que tenha mais autonomia, como o Ministério Público, para que os ilícitos efetivamente sejam esclarecidas. Tratou das investigações realizadas pelo Ministério Público que desmantelou quadrilhas e denunciou políticos e pessoas influentes. Indagou os presentes sobre a quem interessa essa Proposta de Emenda à Constituição Federal e pediu o apoio da sociedade na divulgação da existência da PEC 37, bem como para que aderissem ao movimento contra a corrupção, assinando o abaixo assinado físico ou eletrônico. Em seguida, passou a palavra ao Promotor Substituto da Comarca de Reserva/PR, Dr. Adolfo Vaz da Silva, que cumprimentou aos presentes e reforçou a explanação da Dra. Nayani Kelly Garcia sobre a PEC 37. Saliou sobre a existência no Brasil inteiro de manifestos contra a emenda à Constituição. Disse que com essa proposta outros órgãos do estado estarão impedidos de investigar crimes no Brasil, entre esses, o Ministério Público, o que seria um retrocesso social imensurável. Falou dos criminosos de colarinho branco e o momento em que o Brasil vive, ressaltando sobre casos que estamos vivenciando, como a denúncia existente em desfavor de o de Paulo Maluf, que desviou e que vai ter que restituir mais de 56 milhões de reais aos cofres públicos. Tratou da participação do Ministério Público na investigação desse e de outros crimes de colarinho branco, bem como da necessidade da atuação conjunta de todos na preservação do patrimônio público, no direito dos idosos, das crianças, etc. Explicou que o GAECO (Grupo de Atuação Especial no



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Combate ao Crime Organizado) é uma força tarefa de atuação conjunta de órgãos distintos – Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar e que o novo Direito Penal que pune os poderosos incomoda. Saliou que a Polícia não possui estrutura para investigar sozinha esses crimes e que por isso a PEC 37 é a PEC da impunidade. Terminou indagando os presentes sobre a quem interessa a diminuição do poder do Ministério Público. Passada a palavra à Presidente da audiência pública, esta passou a tratar da importância do Ministério Público como garantidor da dignidade humana. Em continuidade, passaram-se alguns vídeos atinentes à PEC 37, inclusive do Senador Álvaro Dias e jornalista Arnaldo Jabor que se manifestaram contrariamente à proposta de emenda à Constituição. Terminados os vídeos, o Dr. Aurélio falou do site e da votação que estava ocorrendo naquele instante na sala da audiência, bem como no site do Ministério Público, passando o endereço eletrônico do site aos presentes. A audiência pública teve continuidade com a fala das pessoas que se inscreveram para fazer o uso da palavra. As pessoas que fizeram o uso da palavra foram as seguintes: **Excelentíssimo Senhor Dirceu Mocelin – Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Largo.** Este cumprimentou as autoridades presentes e a mesa diretora e agradeceu o Ministério Público pela oportunidade e iniciativa de discutir com a população assuntos de interesse da sociedade, assuntos que viriam ao encontro aos da Câmara Municipal de Campo Largo, principalmente no que se diz respeito à transferência do serviço público e combate à corrupção. Colocou-se a disposição do Ministério Público para trabalhar contra a corrupção e efetivação dos serviços públicos. Pediu para que os presentes se mobilizassem contra a PEC 37 e repassassem a existência da proposta aos demais cidadãos. Aduziu que se sente envergonhado com o autor da emenda e que se for aprovada será uma vergonha para políticos sérios e que tem propostas sérias. **Excelentíssimo Senhor Affonso Guimarães – Prefeito Municipal de Campo Largo.** Cumprimentou a todos e se posicionou contra a PEC 37 como prefeito, manifestando seu apoio ao Ministério Público, inclusive no que diz respeito às recomendações para definir questões da transparência e demais assuntos tratados na audiência pública. Falou que como prefeito municipal de Campo Largo já determinou



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

que todo o processo licitatório e demais atos administrativos da Prefeitura sejam comunicados aos órgãos públicos, como Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Câmara de Vereadores, assim como à população, por intermédio do portal de transparência. Com relação ao abuso de crianças, como médico pediatra demonstrou, mais uma vez, seu apoio, parabenizando o Ministério Público pela audiência pública.

Ilustríssimo Senhor Osmar Zotto – Presidente da Sub- Seção da Ordem dos Advogados do Brasil. Iniciou cumprimentando todos os presentes e como representante de 250 advogados não como falar em nome de todos, mas manifestou total apoio contra a PEC 37 como cidadão é contra essa PEC 37, destacando que não existe nenhum cidadão que em sua consciência seja a favor da proposta de emenda. Dr. Osmar manifesta total apoio à PEC 37. **Senhor Oly Mario Wolf** trouxe em tema a inexistência de ouvidoria do Sistema Único de Saúde e que os cidadãos campolarguenses não têm informações sobre quem procurar, inclusive na Prefeitura Municipal, para solucionar os problemas da sociedade. Opinou no sentido de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que os adolescentes não sejam tratados como imaturos e que lhes seja oportunizado o aprendizado de alguma profissão, pois na rua estarão à mercê da criminalidade. Sobre a PEC 37 mobilizou os presentes quanto a necessidade de se cobrar dos deputados a votação contra a emenda à Constituição. **Senhor Luiz Cezar Almeida:** cumprimentou as autoridades. Falou da importância das questões levantadas na audiência, principalmente a PEC 37, mostrando-se assustado com a proposta de emenda e a sensação de impunidade. Indagou aos presentes sobre as consequências do Ministério Público em perder o poder investigativo. Lembrou que a PEC 37 só interessa as pessoas que tem a intenção de usufruir do dinheiro público e aqueles que visam se colocar na posição de inatingível. Pediu a mobilização contra a PEC 37. **Ilustríssimo Senhor Lino Petry: - Presidente da Fundação Nossa Senhora da Piedade.** Cumprimentou a todos e se colocou à disposição do Ministério Público na divulgação e mobilização da população contra a PEC 37. Saliu fazendo “chamadas” na rádio local para que a população acesse o site e assine o abaixo assinado existente em desfavor da aprovação da PEC 37.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

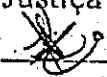
Ilustríssimo Senhor Giovani Marcon – Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Cumprimentou todos e como Presidente do Conselho Municipal de Saúde manifestou-se contra a PEC 37, salientando da importância do Ministério Público, pois os fatos delatados somente seriam mais um boletim de ocorrência perante às autoridades policiais.

Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Costa – Prefeito Municipal de Balsa Nova. Após cumprimentar os presentes, falou que não há como não apoiar o Ministério Público nesse movimento social contra a PEC 37. Sobre o Município de Balsa Nova, destacou a importância da do Portal de Transparência e que estão trabalhando nesse sentido. Falou que comumente recebe denúncias de pessoas de que profissionais do Sistema Único de Saúde pedem dinheiro indevido para a prestação de serviços médicos. Falou da dificuldade dos crimes sexuais chegarem ao conhecimento da autoridade policial ou até mesmo Ministério Público, devido aos traumas que trazem às vítimas e seus familiares, que por vezes preferem ocultar os fatos. Falou, ainda, da sua posição quanto à menoridade penal e que é contra a PEC 37, pois como Juiz de Direito aposentado, sabe que muito pouco do que acontece chega ao conhecimento das autoridades, sendo o Ministério Público uma instituição que traz à população em geral a segurança necessária para que tenhamos um país melhor. Encerradas as manifestações de todas as pessoas que se inscreveram para fazer uso da palavra, passou-se às considerações finais da Presidente da Mesa Diretora. A Dra. Nayani Kelly Garcia ressaltou que inexistência de sugestões concretas, somente palavras de apoio. Pediu que os representantes das entidades sociais presentes levassem aos seus representados as propostas apresentadas na audiência pública, para que dentro do possível tragam informações e sugestões para o Ministério Público atuar e desenvolver seu trabalho neste Foro Regional de Campo Largo. Falou de as denúncias e sugestões relacionadas ao Sistema Único de Saúde e Portal de Transparência devem ser encaminhadas à 1ª Promotoria de Justiça e que as atinentes à Prevenção à violência e aos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes devem ser direcionados à 2ª e 3ª Promotorias de Justiça. Esclareceu que as sugestões podem ser realizadas inclusive por e-mail institucional ou por escrito. Demonstrou o interesse do Ministério



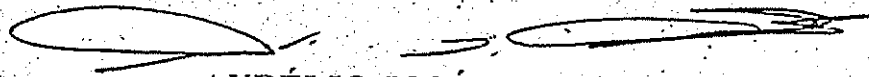
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

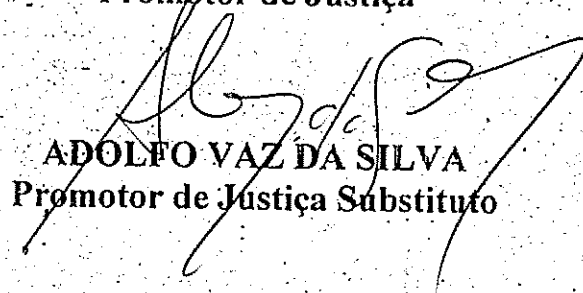
Público em fazer parcerias para esclarecer às pessoas sobre seus direitos e como proceder, já que o conhecimento é a grande ferramenta de combate à corrupção. Em continuidade, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos, orientando todos os presentes, mais uma vez, do abaixo assinado contra a PEC 37. Nada mais havendo, às 18h00min, encerrou-se a audiência público, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pela Presidente da Mesa Diretora, Excelentíssima Dra, Nayani Kelly Garcia, pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça atuante nesté Foro Regional de Campo Largo, Dr. Aurélio José Aggio, pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça atuante na Comarca de Reserva/PR, bem como por mim, , Jordana Knauber Garrett, Assessora de Promotor de Justiça, que a digitei.



NAYANI KELLY GARCIA
Promotora de Justiça
(Presidente da Mesa Diretora)



AURÉLIO JOSÉ AGGIO
Promotor de Justiça



ADOLFO VAZ DA SILVA
Promotor de Justiça Substituto